



Tribunal de Contas de Santa Catarina:

50 anos de história



Tribunal de Contas de Santa Catarina:
50 anos de história



**Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social – ACOM/TCE**

Supervisão

Conselheiro José Carlos Pacheco

Coordenação Geral

Aline Bertoli Amin (RP 1032/JP)

Edição

Deborah Almada (RP 5899/JP)

Pesquisa e Texto

Rogério Kiefer (RP 1109/JP)

Revisão

Aline Bertoli Amin
Isabela Ribas Cesar Portella
Valdelei Rouver

Ilustração

Eduardo Oliveira (Bico-de-Pena)
Alexandre Oliveira (Aquarela)

Fotografia e pesquisa fotográfica

Eduardo Marques/Tempo Editorial
Christiane Ramirez/ Tempo Editorial
Valdelei Rouver
Banco de imagens: Stock-Corbis, Conteúdo Expresso, Folha Press e O Globo

Referência Bibliográfica

Valéria Gouvea Ghanem

Colaboração

Alessandra Carvalho Pescador

Projeto Editorial

Estratégia Comunicação Empresarial

Design – Projeto Gráfico, Capa e Editoração

EML Design

Escaneamento de Fotos

Kadopress

Impressão

Serzegraf

Tiragem

3.000 exemplares

S231t Santa Catarina. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
Tribunal de Contas de Santa Catarina: 50 anos de história.
Florianópolis : Tribunal de Contas, 2006.

243p: il.

1. História – Santa Catarina. 2. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. I. Título.

CDU – 981(816.4)

Pedidos desta publicação devem ser feitos para:
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social
Rua Bulcão Vianna, 90 – Centro – 88010–970 – Florianópolis/SC – Fone (48) 3221-3603 – Email: acom@tce.sc.gov.br

Agradecimentos

A todos que contribuíram para que pudéssemos realizar o resgate da história do Tribunal de Contas catarinense.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Conselheiros

Presidente: Otávio Gilson dos Santos

Vice-Presidente: José Carlos Pacheco

Corregedor Geral: Wilson Wan-Dall

Moacir Bertoli

Salomão Ribas Junior

Luiz Roberto Herbst

César Filomeno Fontes

Coordenador do Corpo de Auditores

Clóvis Mattos Balsini

Procurador Geral do Ministério Público junto ao TCE

Márcio Rosa

Comissão Organizadora dos 50 anos do TCE/SC

José Carlos Pacheco – Presidente

Wilson Wan-Dall – Vice-Presidente

Aline Bertoli Amin

Joares de Lima

Wilson Dotta

Zenio Rosa Andrade

Uma instituição exemplar

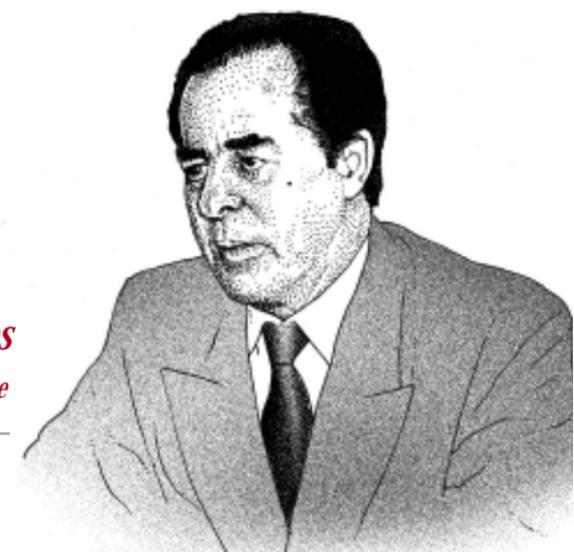
Os homens e os governos são passageiros. Já as instituições públicas não. Representantes da sociedade e guardiãs de seus direitos mais elevados, elas são perenes. Ao longo dos anos, vencem obstáculos, se adaptam às exigências dos contextos históricos e aprimoram seus métodos ao serem defrontadas por adversidades. Enquanto avançam, registram em sua própria trajetória as marcas deixadas por homens e governos que se sucedem.

Com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina não é diferente. Desde o dia 4 de novembro de 1955, quando teve sua criação aprovada pela Assembléia Legislativa, a Corte catarinense vive uma história rica em acontecimentos especiais – alguns benéficos para a instituição e outros nem tanto. Vencidas essas cinco décadas, um fato é inegável: graças à contribuição de seus funcionários e de homens públicos que ocuparam seu plenário, a instituição tornou-se referência para todo o País pela qualidade dos serviços que presta à comunidade.

Nas páginas a seguir, a obra ora em suas mãos busca recuperar parte dos acontecimentos que marcaram o avanço dessa Casa e do sistema de controle de gastos públicos no País. Mostra a importância dos Tribunais de Contas – certamente sem eles as desi-

gualdades sociais e os desvios de dinheiro público seriam ainda maiores no País – e destaca atos de governantes que marcaram a história das Cortes. Recupera, enfim, fatos passados que ajudarão a entender melhor nosso presente e, principalmente, planejar o futuro. Afinal, as cinco décadas entre 1955 e 2005 foram só as primeiras de muitas que ainda estão por vir.

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos
Presidente



Obra em aberto

Tomada a decisão de recuperar a rica história dos primeiros cinquenta anos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, vários desafios se impuseram à comissão responsável pelo trabalho. O maior deles foi aprender a conviver com certa frustração. Por maior que seja o esforço para recuperar os fatos passados, a tarefa nunca é cumprida a contento. Cada pessoa que vive determinado período tem suas próprias convicções sobre a época – e é simplesmente impossível reunir todos os relatos dos personagens de alguma forma ligados a algo tão importante quanto o TCE/SC.

Por isso, dentro de nossas limitações, buscamos fazer o melhor possível e apresentar de forma organizada e coerente os fatos mais importantes da história da Corte de Contas. Consultamos documentos, leis, livros e colhemos relatos de pessoas que tiveram ligação com o Tribunal desde a sua criação. Como ocorre em qualquer trabalho desse tipo, nem todos os envolvidos puderam dar seu depoimento. Mas a árdua tarefa de recuperação dos fatos permite-nos afirmar que podem existir lacunas, porque o resgate da história é uma tarefa em permanente construção.

Outro desafio foi definir a melhor maneira de

contar nossa história. Aí optamos pela contextualização dos fatos. Principalmente porque o Tribunal não é – nem se pretende assim – uma instituição estanque, enclausurada. Pelo contrário: o texto a seguir mostra como fatores externos influenciam e podem ser influenciados pelos órgãos de controle de gastos públicos.

Por fim, mas não menos desafiante, surgiu a questão do tratamento dos fatos contemporâneos. A boa história, como se sabe, não é feita no calor dos acontecimentos. Ela carece de tempo, só ele é capaz de colocar os fatos em perspectiva e com a dimensão adequada para o reconhecimento pelas gerações vindouras. Por isso, tratamos a contemporaneidade com muito cuidado. Por certo cometemos injustiças com os fatos – valorizando em excesso alguns e desvalorizando outros. O tempo, novamente ele, há de corrigir e perdoar esses deslizes cometidos não por vontade própria, mas por falta de alternativa.

O mais importante, porém, é destacar que o resgate dos fatos passados servirá de base para a construção do Tribunal de Contas que desejamos no futuro: cada vez mais próximo da sociedade e vigilante na fiscalização do uso de recursos públicos. Diante dessa certeza, todos os desafios apequenam-se.

Conselheiro José Carlos Pacheco

Presidente da comissão dos 50 anos



PRIMEIRAS CORTES

Constituição
Republicana de
1891 definiu
papel dos tribunais
de contas





CRIAÇÃO DO TCE

Em Santa Catarina,
a lei que criou o
Tribunal foi motivo
de debate na
Assembléia Legislativa





PROFISSIONALIZAÇÃO

Mudanças na forma de análise das contas dos governantes, a partir de 1967, garantiram maior agilidade ao Tribunal





SEDE

Novas instalações permitiram ao Tribunal ampliar o quadro de pessoal e aprimorar a fiscalização





CONSTITUIÇÃO DE 1988

Restabelecimento da democracia fortaleceu e resgatou as prerrogativas das cortes de contas





DIVISOR DE ÁGUAS

Lei de
Responsabilidade
Fiscal começa
a mudar perfil da
administração
pública no Brasil

